

Cachoeira Porteira UMA NOVA AMEAÇA PAIRA SOBRE A AMAZÔNIA

Ambientalista prevê repercussão negativa

Caso o governo brasileiro decida agora construir a hidrelétrica de Cachoeira Porteira, as repercussões negativas no exterior serão imediatas. A previsão é do etnobiólogo Darrell Posey, assessor do secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, que em 1986 provocou a ira das autoridades governamentais brasileiras ao conseguir que o Banco Mundial vetasse um financiamento de US\$ 500 milhões para o setor energético nacional. Na ocasião, Posey levou os caciques caiapó Paulinho Paiakan e Cube-I a Washington, para denunciar ao Congresso dos EUA e ao Bird os planos para a construção da hidrelétrica de Cararaó, no rio Xingu, que inundaria parte da reserva indígena caiapó.

"Esses projetos hidrelétricos serviram para outras finalidades, nunca para a finalidade a que se propunham", acusa Posey. "A finalidade dessas hidrelétricas era faturar muitos recursos lá fora e injetar num corpo econômico que estava morrendo. O Brasil sobreviveu algumas décadas com essas injeções de capital", avalia. Darrell Posey observa que foram gastos bilhões de dólares em barragens localizadas em áreas afastadas, como na Amazô-

nia, onde poucas pessoas eram incomodadas. "Os índios não foram ouvidos, o povo não foi ouvido e ninguém podia fiscalizar os gastos", denuncia.

Darrell Posey acredita que agora fica mais difícil construir projetos hidrelétricos desse porte na Amazônia. "O país não tem mais credibilidade no exterior e lá fora, com a crise econômica, eles não têm mais condições de financiar. Sei que tem muitas pessoas que não desistem desses projetos, não vão desistir nunca de pensar neles por causa da facilidade de se desviar recursos rápido e fácil".

Para Darrell Posey, responsável na Semam pelos futuros contatos com as ONGs nacionais e internacionais, há outras formas de se produzir energia. "As alternativas existem. Em 1977, quando cheguei ao Brasil, já havia pesquisa no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus, mostrando como se faz de uma maneira barata e simples pequenas hidrelétricas - que gerariam energia suficiente para várias famílias. Posey vê também nessa questão um outro problema: a concentração de controle. "Se você controla a energia, você controla tudo. Houve pouco interesse em se desenvolver uma energia democrática. Até hoje existe energia solar, de água, com tecnologias nacionais, mas nunca se mostrou interesse na democratização dessa energia".

Ronaldo Brasiense

BRASÍLIA— Apontadas por ambientalistas nacionais e internacionais como responsáveis por danos ecológicos irremediáveis à floresta tropical do norte do Brasil, as grandes hidrelétricas construídas na Amazônia voltam à pauta de discussão. A Secretária de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do estado do Pará recebeu o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) e o projeto completo da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no rio Trombetas, a 1.100 quilômetros de Belém, com previsão para ser iniciada em 1993. O secretário de Meio Ambiente do Pará, Nelson Ribeiro — ex-ministro da Reforma Agrária — mandou apurar denúncias de que técnicos da Eletronorte, responsável pela construção das hidrelétricas na Amazônia, já estariam na área preparando o início da construção.

"As obras não podem começar sem a licença ambiental", adianta Nelson Ribeiro, afirmando que a hidrelétrica só será construída após amplo debate com a sociedade civil, para que sejam evitados os erros cometidos nas três outras grandes hidrelétricas feitas pela Eletronorte na Amazônia: Tucuruí, no rio Tocantins, no Pará; Balbina, no rio Uatumã, no Amazonas; e Samuel, em Rondônia. "Já estamos analisando o Rima apresentado pela Eletronorte, pois queremos esclarecer muitos pontos obscuros", afirma Ribeiro.

Os impactos ambientais que serão provocados caso o governo mantenha sua decisão de construir a hidrelétrica de Cachoeira Porteira são inúmeros. "O lago de Cachoeira Porteira, com 911 km² (mais de duas vezes a área da Baía de Guanabara), vai inundar de 8% a 10% da reserva biológica do Trombetas", alerta Ribeiro. Além disso, o reservató-

rio vai atingir comunidades negras remanescentes — antigos quilombos que estão há mais de cem anos na atual área de influência da hidrelétrica —, afetará aldeias dos índios Vai-Vai no rio Cachorro e prejudicará comunidades ribeirinhas a montante e a jusante da barragem. A Eletronorte não prevê danos à área indígena Nhamundá-Mapuera, também situada na área de influência de Cachoeira Porteira.

"Temos que estudar minuciosamente os impactos que a hidrelétrica de Cachoeira Porteira causará no tabuleiro de tartarugas (*Podocnemis expansa*, ameaçadas de extinção) do Trombetas, o maior da Amazônia, a jusante da barragem", avisa Nelson Ribeiro. O resultado do Rima encomendado pela Eletronorte considera irrelevante o impacto da usina sobre a região. "Os problemas causados a jusante da barragem de Tucuruí, onde houve danos sérios, nos servem de alerta para prevenir futuros desastres ambientais", acrescenta. Nelson Ribeiro acredita que a construção provocará mudanças no círculo normal do rio, afetando a reprodução de tartarugas no tabuleiro, que ocorre uma vez por ano.

Para tentar barrar Cachoeira Porteira e seus impactos ambientais negativos, o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, deixa claro que é inteiramente contrário à construção de mega-hidrelétricas na Amazônia. "O presidente Fernando Collor me garantiu que a única grande hidrelétrica de seu governo seria Xingó", lembra Lutzenberger, para quem as grandes barragens construídas na Amazônia serviram apenas para atender aos interesses das grandes empreiteiras. "Temos outras formas alternativas de energia,

com menores danos ecológicos", afirma Lutzenberger, que já recebeu denúncias sobre desmatamentos feitos pela empreiteira Andrade Gutierrez na área que servirá para o futuro lago. A empreiteira, segundo a secretaria de Meio Ambiente do Pará, desmatou 10 mil hectares de florestas, atendendo a um convênio firmado entre a Eletronorte e a Mineração Rio do Norte.

Prevista no Plano 2010 da Eletrobrás, Cachoeira Porteira exigirá US\$ 1,2 bilhão em investimentos para, numa primeira etapa, gerar 700 megawatts — quase três vezes mais que o potencial instalado da hidrelétrica de Balbina —, com linhas de transmissão para levar energia a sete municípios do Pará (Oriximiná, Obidos, Alenquer, Monte Alegre, Prainha, Almeirim e Nhamundá) e sete do Amazonas (Faro, Urucara, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Itacoatiara e Manaus).

O governo do Pará quer que a população discuta a obra

"A viabilidade da implementação da usina hidrelétrica de Porteira depende da participação da sociedade e das lideranças da região", garante a Eletronorte. "Neste processo decisório é fundamental que se considerem as condições excepcionais de custos relativamente baixos para a construção da hidrelétrica, bem como a carência na região desse vetor de desenvolvimento que é a energia elétrica", defende a empresa. O secretário Nelson Ribeiro, porém, só admite licenciar Cachoeira Porteira após uma ampla discussão da sociedade civil. "Como a construção de Cachoeira Porteira terá impactos sociais amplos e imprecisos, acredito que será necessária uma audiência pública para sua aprovação", finaliza Ribeiro.

Balbina, um equívoco nascido em gabinetes

O que se poderia dizer de uma usina hidrelétrica que consumiu US\$ 900 milhões em investimentos, formou um lago de 240 mil hectares, inundou 148 sítios arqueológicos ainda inexplorados, forçou a retirada de aldeias indígenas waimiri-atroari para produzir apenas 250 megawatts — 30 vezes menos que a hidrelétrica de Tucuruí —, energia insuficiente até mesmo para atender Manaus, a capital do Amazonas? Balbina, no rio Uatumã, foi um dos maiores desastres ecológicos da história da Amazônia, um erro elaborado nos gabinetes da ditadura militar e financiado pelo Banco Mundial, que hoje reconhece o equívoco.

O pesquisador Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, considera Balbina um "desastre irremediável", mostrando que só a floresta tropical inundada por seu reservatório garantiria energia para Manaus por 200 anos. Construída pela Andrade Gutierrez, Balbina é um exemplo a não ser seguido. A Eletronorte chegou a investir US\$ 9 milhões em projetos ambientais, que seriam assumidos pelo INPA — estação de piscicultura, criatório de tartarugas e tanques para a criação de peixe-boi em cativeiro. Até hoje, estão abandonados.

Samuel, infiltração por erro de cálculo

A usina de Samuel fechou o ciclo das grandes hidrelétricas construídas na Amazônia pela Eletronorte. Depois de Tucuruí (1985) e Balbina (1985), é a terceira maior da Amazônia, mas o seu lago, comparativamente, é até pequeno: uma baía de Guanabara e meia. Foram US\$ 600 milhões em investimentos para barrar um dos afluentes do rio Madeira, em Rondônia, para a produção de 216 megawatts, energia insuficiente para atender à demanda do estado. A grande maioria dos municípios de Rondônia às margens da rodovia BR-364 ainda sofre racionamento de energia.

Em 1987, um fato irônico abalou ainda mais a imagem da hidrelétrica de Samuel, quando a barragem apresentou infiltrações. A Eletronorte justificou os erros técnicos cometidos na construção da hidrelétrica afirmando que tatus-gigantes eram os responsáveis pelos problemas verificados na barragem. Com a crise financeira enfrentada pelo país — que atingiu duramente o setor energético — os investimentos em Samuel foram sustados. "A hidrelétrica de Samuel foi um erro grave cometido pelo governo brasileiro", sentença o secretário nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger.



Com um lago de 911 km², Cachoeira Porteira vai exigir US\$ 1,2 bilhão para gerar 700 megawatts e fornecer energia para sete municípios do Pará e mais sete do Amazonas